

Uma Perspectiva Teórica para a Interação entre Sujeito e Estrutura nos Estudos Sobre o Movimento Operário

César Augusto Bubolz Queirós*

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir as relações entre estrutura e sujeito nos estudos sobre o movimento operário, buscando sugerir possibilidades teóricas em torno dessa questão e problematizar acerca de abordagens que induzem a equívocos teóricos e metodológicos.

Palavras-chave: Trabalho; Movimento Operário; Historiografia.

Uma das estranhas ironias da História é não haver limites para os erros de interpretação e as deturpações das teorias, mesmo em uma época de irrestrito acesso às fontes.

E. Fromm

Nietzsche, sobre a “história do ponto de vista das massas” afirma que

[...] somente sob três perspectivas as massas me parecem merecer um olhar: uma vez, como cópias esmaecidas dos grandes homens, impressas em mau papel e com chapas gastas, em seguida como obstáculo contra os grandes e, enfim, como instrumento dos grandes; de resto, leve-a o diabo e a estatística. (NIETZSCHE, 1996, p. 286).

A despeito dessa afirmação, os estudos no campo da história do trabalho têm tido um desenvolvimento muito significativo nas últimas décadas: a história predominantemente política e econômica de caráter “oficialesco”, voltada para a perspectiva dos **grandes**, passou a ceder espaço à história dos vencidos, cuja “tarefa é escovar a história a contrapelo”. Inicialmente, tendo um enfoque que se concentrava no movimento operário, suas organizações e ideologias, a história do trabalho teve uma trajetória que, ao longo das últimas décadas, reflete “[...] não apenas a evolução teórica

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

e metodológica que se processou nesse campo de estudos, mas também a conjuntura política atravessada.” (BATALHA, 1998, p. 146).

Não cabe aqui fazer uma trajetória dos estudos relativos à história do trabalho, mas destacar alguns aspectos que auxiliarão nos argumentos posteriores. Devemos salientar, inicialmente, que houve a tendência a uma identificação das classes operárias com o movimento operário e suas organizações, negligenciando, em grande medida, os trabalhadores não engajados em movimentos associativos. Contudo, o crescimento do campo possibilitou a emergência de novas abordagens e enfoques que alargaram as possibilidades de análise e inseriram um considerável número de variáveis, até então não consideradas pela historiografia. Para além de um alargamento do marco cronológico – saindo do tradicional recorte da Primeira República – e da ruptura com a dissociação entre trabalho livre e escravo/ trabalho urbano e rural, permitindo um entrecruzamento entre essas variáveis e o abandono de uma visão binária e reducionista que apartava de modo peremptório tais possibilidades de análise, verificou-se a emergência de questões relativas a gênero e etnicidade, e a valorização de aspectos relativos ao cotidiano dos trabalhadores, como moradia, alimentação e sociabilidades. Os mundos do trabalho sendo analisados em suas várias formas e perspectivas.

Devemos ressaltar a importância da influência que as obras de historiadores como E. P. Thompson, E. J. Hobsbawm, G. Rudé e M. Perrot exerceram no campo historiográfico para proporcionar esse alargamento das abordagens e o rompimento da identificação da história operária como predominantemente política e ideológica, obrigando a explorar novos domínios da história. Afinal, para Thompson (1987, p. 17), “[...] o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da história econômica.” A década de 90 – e as transformações políticas vivenciadas naquele momento – colocou em xeque a centralidade do mundo do trabalho, gerando uma descrença política em relação às possibilidades do movimento operário organizado. Uma crise dos paradigmas que afetava diretamente o campo da história do trabalho: o muro parecia ter caído sobre o próprio campo e “pertencer” ao campo da história do trabalho, naquele momento, parecia oferecer um futuro acadêmico incerto. Travou-se um amplo debate no meio acadêmico acerca da crise do mundo do trabalho e do movimento operário organizado. O declínio da atividade grevista e de outras formas de manifestação da classe trabalhadora, a decrescente densidade sindical e maior vulnerabilidade dos trabalhadores diante dos novos processos produtivos foram apontados por muitos pesquisadores como desencadeadores de uma dupla e inter-

relacionada crise: uma social, dos movimentos de trabalhadores, e uma intelectual, referente ao campo dos estudos sobre o mundo do trabalho.

Sewell, ao abordar especificamente o âmbito do conhecimento histórico, já observara que, como

[...] a classe trabalhadora organizada parece cada vez menos propensa a cumprir a função libertadora a ela atribuída pelos discursos reformistas e revolucionários sobre o trabalho, o estudo da história dos trabalhadores perdeu um pouco de sua urgência. (SEWELL apud SILVER, 2005, p. 19).

Tal crise seria de longo prazo e estrutural, e, por sua vez, acarretaria um “adeus ao proletariado”. Nessa linha, Offe (1989) salienta que, com as profundas transformações ocorridas na organização do mundo do trabalho, a classe trabalhadora teria perdido a centralidade que sempre teve na conformação da vida social. Com a mesma perspectiva de análise, Zolberg (1995, p. 31) argumenta que os “[...] trabalhadores a cuja luta nós devemos os ‘direitos trabalhistas’ estão desaparecendo rapidamente e hoje são uma espécie ameaçada e residual.” Nesse contexto, com o alvorecer da “era da informação”, o movimento operário não teria mais condições de agir como uma “força significativa de coesão social e representação dos trabalhadores”, e os únicos sujeitos potenciais de transformação no futuro seriam aqueles desprovidos de caráter classista (CASTELLS, 1999, p. 19). Entretanto, as transformações ocorridas no mundo do trabalho não teriam acarretado o seu fim, mas sim uma metamorfose, uma ressignificação das categorias que o definem, uma vez que

[...] a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se [sic] ainda mais. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador 'polivalente e multifuncional' da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade a sua dimensão 'intelectual'. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural. Esse é o eixo do debate sobre a crise da sociedade do trabalho, o que é muito diferente de dar adeus ao proletariado ou determinar o fim da centralidade do trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 63).

Contudo, as décadas seguintes ofereceram novas possibilidades e uma retomada vigorosa dos estudos relativos a esse vasto e rico universo. O processo de expansão dos programas de pós-graduação e a criação do GT Mundos do Trabalho, no ano de 2000, foram outros fatores que contribuíram fortemente nesse processo de crescimento e consolidação desse campo de estudos. Todavia, a despeito de toda a profusão de novas possibilidades de abordagens e enfoques, a história do movimento operário segue sendo

um tema privilegiado no campo da história do trabalho: a análise de “velhos” temas a partir de novas abordagens pode proporcionar novos olhares e interpretações possibilitando a aproximação da experiência vivida desses trabalhadores. Assim, com a intenção de refletir acerca da pertinência dos estudos sobre o movimento operário e seguir o caminho de Haupt (2010), pensando sobre “[...] como conceber a história do movimento operário, como abordá-lo sob um novo ângulo a fim de inseri-lo na história [...]” (HAUPT, 2010, p. 43) é que este artigo se destina a esboçar uma pequena contribuição teórica no que concerne a esses estudos, buscando analisar a interação entre sujeito e estrutura e procurando estabelecer uma proposta de trabalho no sentido de apresentar elementos que possibilitem o entendimento dessa relação. Utilizo a palavra interação para salientar que indivíduo e estrutura interagem, isto é, agem entre si em um movimento contínuo e recíproco no qual ambos possuem um peso e um papel nas determinâncias de permanência e transformação. Desse modo, serão salientados alguns pontos pertinentes a esse campo do conhecimento histórico a fim de proceder algumas reflexões acerca da natureza teórica desse objeto no tocante à tensão existente nas relações entre estrutura e sujeito.

O primeiro ponto que gostaria de abordar está relacionado ao fato de que os estudos sobre o movimento operário, por tratarem de instituições e organizações que são o resultado da ação coletiva dos trabalhadores, tendem a subsumir os indivíduos em estruturas associativas compostas coletivamente, deixando transparecer uma perspectiva **apriorística** que não destaca a historicidade de tais grupos e o caráter real de sua existência proporcionada por uma rica experiência quotidiana, na qual se destacam conflitos e arrumações de interesses comuns fazendo com que o **movimento** operário passe a ser sinônimo de **classe** operária, uma vez que, como destaca Hobsbawm (1988, p. 18), visto que “[...] a história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos.” Assim, a classe aparece como tendo uma existência *a priori*, e não como o resultado de um conjunto de relações sociais que parte de uma sociedade calcada na luta de classes e que por sua natureza policêntrica é definida por Lukacs como um “[...] complexo de complexos [...]”, que “[...] exclui a concepção retilínea e monolítica do progresso histórico.” (apud TERTULIAN, 1996, p. 64).

Nessa perspectiva, as cisões e disputas intraclasse não são colocadas e os antagonismos que se estabelecem entre operários engajados e trabalhadores que não compartilhavam das concepções associativas dos militantes são ignorados. Tais

clivagens e antagonismos, que surgem da vivência desses trabalhadores – uma vez que os conflitos estabelecidos no meio laboral permanecem e ressurgem em espaços de convívio cotidiano (os bares, o bairro, dentre outros) –, podem representar um importante campo de estudos, uma vez que tal abordagem possibilitaria introduzir uma questão significativa que versa sobre a disputa simbólica que emerge a partir da adoção de uma postura em relação ao engajamento (ou não) nos movimentos paredistas. A classe transformada em um elemento da racionalidade resultante de determinações economicistas acaba se transformando em uma caricatura do real processo de formação da classe operária, que descarta qualquer concepção teleológica e qualquer elemento de racionalidade concreta. “A classe não é coisa nem ideia: é um fazer-se [...]” (CHAUÍ, 1981, p.17) e esse fazer-se é constituído por um complexo variado de situações que possuem um desenvolvimento e um ritmo desigual e possuem uma lógica irreduzível, não sendo de forma alguma um mero epifenômeno das determinações econômicas.

Segundo, a forma com que o dilema entre estrutura e sujeito tem sido abordado está intimamente imbricada a interesses e momentos históricos, nos quais se alternam e/ou convivem diferentes formas de visualizar e encarar a história, sendo que se destacam para este estudo duas delas, talvez as mais importantes: uma ‘história tradicional’ que sobrevaloriza o papel do indivíduo e a interpretação de um “marxismo dito vulgar” que submerge o indivíduo nas determinações estruturais. Esses interesses tenderam a orientar quais eram os objetos privilegiados pela produção historiográfica, e a forma com que esses objetos seriam abordados. Essas duas concepções são profundamente visíveis na construção do conhecimento histórico e, em última análise, tem-se a seguinte relação: uma história tradicional militante que busca valorizar o papel dos grandes homens como forma de estabelecer exemplos e padrões a serem seguidos pela classe operária, que se direciona aos acontecimentos políticos e biográficos; e um marxismo vulgar que enveredou por vieses que muitas vezes não corresponderam à obra marxiana e que se dedicou mormente ao estudo das grandes estruturas, caindo em um determinismo unívoco que fez com que a “[...] racionalidade extremamente diferenciada e complexa do processo histórico fosse substituída por esquemas redutivos de caráter determinístico ou então teleológico.” (TERTULIAN, 1996, p. 61).

Tais abordagens levaram a que houvesse uma tendência à tarefa de resgatar a memória dos trabalhadores, acabando por cair em uma visão que busca, através da divulgação das ações dos grandes líderes operários, construir exemplos que sirvam à mobilização dos movimentos sociais no plano prático, ou seja, é uma visão que se

propõe à construção de mitos operários do passado que atuem como elemento determinante de uma ação coletiva presente através do estabelecimento de uma identidade operária que “[...] romantiza os conflitos sociais, apontando para condutas exemplares da militância; uma historiografia que poderia ser denominada de ‘tradicional’ no âmbito dos estudos do movimento operário, privilegiando o papel das lideranças e abusando, sintomaticamente, do termo ‘resgate’ para definir seus objetivos.” (SILVA Jr., 1998, p. 111). Nesse sentido, Schmidt destaca que as biografias de grandes líderes operários foram utilizadas para celebrar “[...] os heróis do operariado, dignos de servirem de modelos para os companheiros de classe.” (SCHMIDT, 1990, p. 80).

Outro ponto que pode ser destacado e que caracteriza esse tipo de abordagem é a preocupação em buscar razões e causas, erros e acertos, para compreender o motivo pelo qual não houve uma revolução que lograsse êxito ou mesmo para ser utilizada como “instrumento de legitimação” (HAUPT, 2010, p. 66), ou seja, trata-se de uma “[...] produção militante [que] tem a função legitimadora, da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido ou, ainda, do indivíduo militante.” (BATALHA, 1998, p. 147). Do mesmo modo, na abordagem do que aqui foi denominado de marxismo vulgar (ou marxismo científico) (GOULDNER, 1985) ocorre um processo de homogeneização que possui um efeito simplificador da realidade social à medida que essas instituições compostas coletivamente são mostradas como entes formulados **aprioristicamente** e as vontades individuais desaparecem em meio a uma estrutura que determina e que pressupõe a ocorrência de tais fatos, ou seja, “[...] o marxismo descentrou o indivíduo na sua explicação da sociedade e transformação social, condicionando a atuação deste a uma determinação mais ampla: a produção das condições materiais de existência.” (SCHMIDT, 1996, p. 166). Convém aqui observar que a descentralização do indivíduo da explicação da sociedade foi efetuada por determinada corrente do marxismo, não podendo ser estendida ao conjunto de seus autores. Lukács e Gramsci são alguns expoentes de marxistas que consideram o papel do indivíduo para o processo histórico e mesmo Marx sempre salientou sua importância (PEREYRA, 1979).

Assim, classe é apresentada como um bloco uniforme que existe independente da vontade e da ação de seus **sujeitos**, e o movimento operário, além de ser apresentado como um reflexo elementar das condições, materiais passa a homogeneizar não só os indivíduos que o compõe, mas também oculta as diferenças e peculiaridades que dão

concreticidade às diversas organizações que passam a ser incorporadas sob o nome genérico de movimento operário. Os diferentes sindicatos classistas, as rivalidades ideológicas e disputas por lideranças, a coexistência de elementos díspares e, às vezes, antagônicos, a recusa de grande parte dos trabalhadores em aderir às greves e aos sindicatos, toda essa diversidade e riqueza de elementos que fazem parte da experiência cotidiana dessas pessoas é incorporada a um conceito que, muitas vezes, se mostra monolítico e, conseqüentemente, sem vida. Já há décadas que a visão que tende a um 'resgate da memória operária' tem sido substituída por uma série de estudos que, tendo como influência teórica, sobretudo as obras de E.P. Thompson e de E. J. Hobsbawm buscam romper com essa ótica.

O terceiro ponto que deve ser analisado neste curto espaço é o fato de que as diversas instituições que, de modo geral, são abarcadas pelo nome genérico de movimento operário, possuem ou possuíram existência real, ou seja, fizeram parte das vidas de homens e mulheres que, em dado momento, perceberam a necessidade de associar-se. Encontram-se, portanto, historicamente localizadas e passam por um processo de formação no sentido thompsoniano, ou seja, são o resultado do encadeamento de vivências e experiências que agrupam pessoas em torno de determinados interesses e faz com que outras rivalizem e antagonizem pelos mesmos motivos. Thompson busca salientar, de forma enfática, que a classe é um conceito histórico, ou seja, derivado de um processo social vivenciado ao longo do tempo, e que se constrói através de um processo que está relacionado diretamente à dinâmica da luta de classes. Para ele,

Las clases no existen como entidades separadas, que miran en derredor, encuentran una classe enemiga y ynpiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados, experimentan la explotacion, identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas questiones y em el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de classe. (THOMPSON, 1979. p, 37).

São as disposições estruturais o campo no qual essas experiências ocorrem, mas, ao mesmo tempo em que as disposições estruturais influenciam as ações individuais e cooperam para a criação de vínculos associativos que desembocariam no que aqui trabalhamos sob o termo de instituições, a ação individual trabalha progressivamente ou para a manutenção ou para a transformação da estrutura social historicamente engendrada, ou seja, o espaço de manobra do indivíduo em uma perspectiva estrutural

não está excluído: ele possui uma série de possibilidades reais e opções que perfazem um leque de escolhas dentro do realizável. Gramsci salienta a importância da relação entre o “ottimismo de *lla volontà*” e as estruturas materiais da sociedade, conferindo ao indivíduo a possibilidade de ter “[...] a vontade de agir sobre as estruturas.” (BOSI, 1975, p. 105). No entanto, a ação e a influência da estrutura sobre os indivíduos não pode ser, em hipótese alguma, posta de lado, no entanto deve-se salientar o espaço de ação desse indivíduo dentro desse conjunto de relações sociais. “Marx praticamente sempre diz que *x* homens da sociedade em questão reagem de maneira *x* a um dado sistema de trabalho e que destas relações *x* sintetiza-se o processo verificado naquela sociedade.” (LUKÁCS apud TERTULIAN, 1996, p. 59).

Essa **interação** desejável e necessária entre sujeito e estrutura fica evidenciada nas palavras de Marx, que destaca que “[...] é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária.” (MARX, 2001, p. 24). Marx (2001, p. 23) salienta que “[...] cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente.” Desse modo, percebe-se a necessidade de se promover uma relação de reciprocidade entre estrutura e experiência, de modo que ambas sejam consideradas em toda a sua complexidade sem que haja privilégios e exclusões, “[...] sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo a vida dos grandes líderes), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas mais ortodoxas).” (SCHMIDT, 1997, p. 94).

Para que fique mais clara essa possibilidade de colocar a estrutura e a experiência no centro dos debates de uma forma enriquecedora para ambas, é pertinente analisar a contribuição de Lukács no que concerne a esse dilema. Para ele, a vida da sociedade é constituída através dos “atos finalísticos dos indivíduos”, ou seja, através de suas ações individuais em busca de um fim particular e que, por isso mesmo, possuem um caráter teleológico. No entanto, esse devir teleológico do processo social é duplamente condicionado: autocondicionadas, pela consciência que age impulsionada pela necessidade momentânea e pelos projetos individuais; e heterocondicionadas, pelas determinações objetivas do real. Mas, assim como para Lukács, a vida em sociedade é posta em movimento pelas ações individuais dos sujeitos tendo em vista uma causalidade, o processo social é o “[...] resultado da interação entre muitas cadeias causais, postas em movimento por vários atores sociais [...]” sendo que “[...] a resultante

ultrapassa, pois, necessariamente, as intenções individuais, tendo ela um caráter casual, e não teleológico.” (TERTULIAN, 1996, p. 65). Para Lukács, “[...] o resultado das ações de cada indivíduo nunca é inteiramente igual às suas intenções, uma vez que o resultado das ações de cada sujeito interfere no resultado das ações dos outros.” (TERTULIAN, 1996, p. 65).

Desse modo, Lukács (1979) propõe uma solução para o dilema entre estrutura e sujeito no interior das ciências sociais, a partir de uma ótica endógena à própria teoria marxista, criticando qualquer espécie de reducionismo. A realidade social passa a ser condicionada tanto pelas ações individuais que, somadas, colocariam em movimento cadeias causais, quanto pelas determinações objetivas do real, que, em outros termos, pode ser definida como sendo a estrutura em si. No entanto, Lukács salienta a heterogeneidade da própria estrutura que, segundo ele, é caracterizada pelo desenvolvimento desigual de diferentes complexos sociais sendo que cada um desses complexos possui uma trajetória e uma legalidade própria irreduzível, que nunca é um simples epifenômeno das relações econômicas.

O quarto e último ponto refere-se a uma questão muito importante para associativos dos trabalhadores: uma história que se interesse pelo âmbito institucional e associativo não pode pretender que o conceito reduza a realidade a uma perspectiva homogênea, obscurecendo as diferenças e peculiaridades e tomando as generalidades por elementos simplificadores. Um exemplo desse equívoco é que, muitas vezes, o estudo da classe operária acaba por fazer com que a diversidade e riqueza da realidade dos trabalhadores sejam seguidamente reduzidas ao estudo de suas lideranças, muito mais visível e documentado para a pesquisa histórica.

Thompson já salientara, em **A Formação da Classe Operária Inglesa**, que “[...] as maiorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos.” (THOMPSON, 1987, p. 57). A escassez de registros que possibilitem ao historiador o acesso direto ao trabalhador comum torna a tarefa de pesquisa muito árdua. Ginzburg verifica que as características particulares das manifestações culturais das classes subalternas – e entre elas da classe operária – fazem com que a pesquisa e a busca de evidências por parte do historiador seja muito difícil. A oralidade, que caracteriza esse tipo de cultura, faz com que os historiadores precisem “[...] servir-se de fontes escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e

intermediários que os deformam.” (GINZBURG, 1987, p. 18). No entanto, cabe salientar que, ao se estudar as instituições e organizações operárias, não se quer pressupor a análise da totalidade da classe trabalhadora, visto que “[...] o mundo dos militantes e dos líderes e ideólogos nacionais não era o mesmo mundo da maioria.” (HOBSBAWM, 1988, p. 253). Mesmo entre as pessoas envolvidas no movimento operário e em suas instituições, não se pode pressupor uma homogeneidade, e sim, buscar a diversidade e as particularidades posto que “[...] pretender que exista uma militância operária homogênea é um grave equívoco.” (BATALHA, 1997, p. 93).

Batalha destaca a existência de pelo menos três tipos de militantes durante a República Velha: lideranças, quadros intermediários e militantes de base e salienta que:

Apenas uma minoria chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria. O terceiro, e certamente maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso do movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo. (BATALHA, 1997, p. 93).

Mas, assim como está correta a afirmação de Hobsbawm, mencionada no parágrafo anterior, de que o mundo dos militantes não é o mesmo mundo da maioria, pode-se afirmar que, em grande medida, ambos compartilham de um mesmo universo de representações e práticas cotidianas, construído a partir de sua experiência no campo do trabalho, ou seja, de sua vivência de classe. Não se quer pressupor uma homogeneidade entre todos os trabalhadores, e sim, compreender que a sua inserção no campo social lhes possibilita uma série de experiências em comum. Assim, “[...] as fontes produzidas pelo movimento operário organizado, e qualquer estudo sobre a militância operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras, ou seja, se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo.” (BATALHA, 1997, p. 94).

Tomado de maneira equivocada, o conceito de movimento operário não apenas funde em uma única definição todas as diversas associações de diferentes orientações, que são formadas pelos trabalhadores como, em última análise, cria um paralelismo entre os termos movimento operário e classe operária. Uma perspectiva teórica que possibilite que o pesquisador possa se aproximar mais da realidade dos trabalhadores em vínculo associativo pressupõe a definição de importantes elementos e precauções: a)

não tomar o conceito de movimento operário como uma forma genérica de denominar o conjunto das associações e sindicatos, criando assim uma sensação de falsa homogeneidade entre desiguais; b) levar em consideração as diferenças e peculiaridades das diversas associações e sindicatos a partir da ideia de que, ao mesmo tempo em que elas perfazem em seu conjunto o movimento associativo dos trabalhadores, à medida que todas pressupõem uma série de elementos comuns (como a adesão voluntária, a estrutura organizacional semelhante, etc.), possuem características que as distinguem das demais, seja por sua origem classista, seja por sua relação com a política e com o capital, seja pelo modo como seus membros se inserem no processo produtivo ou pela sua relação com as demais associações (à medida que, mesmo no meio operário, as disputas de poder são frequentes e opõe grupos que de outra forma poderiam estar do mesmo lado) e; c) sendo o movimento operário composto por instituições com características diferentes, deve-se salientar que os membros que compõe essas instituições são, do mesmo modo, diferentes, seja em sua participação, seja em suas ideias, sendo que não se deve tomar o discurso dos líderes do movimento como sendo exatamente o pensamento de todos os seus integrantes, apesar de haver elementos em comum.

À guisa de conclusão, gostaria de propor brevemente – tendo em vista que o espaço deste trabalho é findo e, ao mesmo tempo, sugerindo já um desenvolvimento ulterior em uma outra ocasião – a necessidade de se reabilitar um conceito caro à tradição marxista, mas que poucas vezes é aplicado com a devida eficácia, sobretudo no que tange à solução do dilema concernente à “[...] natureza das relações entre estrutura e sujeito na história e sociedade humanas [...]” (ANDERSON, 1984, p. 39): refiro-me, pois, ao conceito de dialética, que aplicado com a devida atenção se apresentaria como um recurso eficaz no sentido de conferir ao indivíduo a sua devida importância dentro do processo social, promovendo, assim, “[...] sua libertação dos grilhões do determinismo econômico.” (FROMM, 1979, p. 15). O abandono – proposital ou casual? – a que a dialética foi submetida pode significar, como diria Konder, uma derrota da dialética. No entanto, “[...] por mais dura que seja uma derrota, é apenas uma derrota: não é a morte. E as derrotas da dialética podem sempre vir a ser, dialeticamente, aproveitadas pelos dialéticos.” (KONDER, 1988, p. 206).

**A theoretical perspective for the interaction between subject and structure
in the studies of the labor movement**

Abstract

This article aims to discuss the relation between structure and subject in the studies of the labor movement by seeking to suggest theoretical possibilities concerning this link and to wonder about approaches that induce theoretical and methodological mistakes.

Keywords: Work; Labor movement; Historiography.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. IN: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio. Vida Associativa: Por uma Nova Abordagem da História Institucional nos Estudos do Movimento Operário. **Anos 90** (UFRGS), Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, dez. 1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6197/3689>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

BOSI, Alfredo. O Trabalho dos Intelectuais, segundo Gramsci. **Debate & Crítica**. São Paulo, n. 6, p. 105-115, jul. 1975.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Redes**: o poder da identidade. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Cultura Popular. In: CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 3ª Ed., São Paulo: Moderna, 1981.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. 7ª ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOULDNER, Alvin. **Los Dos Marxismos: Contradiciones y Anomalias em el desarrollo de la Teoria.** Madrid: Alianza, 1985.

HAUPT, George. Por que a história do movimento operário? **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 41-70, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19312/10397>>. Acesso em: 12 out. 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho.** 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

KONDER. Leandro. **A Derrota da Dialética.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LUKÁCS, George. **Ontologia do Ser Social.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida. **Friedrich Nietzsche: Obras Incompletas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 5-20, jun. 1989.

PEREYRA, Carlos. **Configuraciones: Teoria e Historia.** México: Edicol, 1979.

SCHIMIDT, Benito. As Biografias na Historiografia do Movimento Operário Brasileiro. **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 79-90, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6196/3688>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

SCHIMIDT, Benito. O Gênero Biográfico no Campo de Conhecimento Histórico: Trajetória, Tendências e Impasses Atuais e uma Proposta de Investigação. **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 6, p. 165-192, 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6178/3672>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço. O Herói no Movimento Operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio. **Mitos e Heróis: Construção de Imaginários.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

TERTULIAN, Nicolas. Uma Apresentação à Ontologia do Ser Social. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, p. 54-69, 1996. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo18Art1.4.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. vol.I.

THOMPSON, E.P. Lucha de Clases sin Clases? In: **Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase.** Barcelona: Grijalbo, 1979.

ZOLBERG, Aristide. Response: Working Class Dissolution. **International Labor and Working Class History**, v. 47, p. 28-38, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/27672209?uid=32772&uid=3737664&uid=5909624&uid=2&uid=3&uid=67&uid=32768&uid=62&sid=21106297539721>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

Recebido em novembro de 2014.
Aprovado em março de 2015.